

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

O Presidente do Governo dos Açores disse, há poucos dias, que as queixas de falta de investimento na ilha de S. Miguel eram “um mito urbano”.

José Manuel Bolieiro tem razão, mas apenas numa parte. Há investimentos que estão a decorrer e outros anunciados que tardam em arrancar e que nunca estarão concluídos nesta legislatura.

A percepção de muitos sectores de S. Miguel é que há um grande desequilíbrio na proporção dos investimentos e ele é bastante evidente quando se constata os números da dotação desagregada, por ilha e per capita, nos inúmeros Planos de Investimento produzidos há vários anos pelos governos.

O deste ano volta a colocar S. Miguel como a ilha que menos recebe, per capita, no conjunto das dotações desagregadas da anteposta do Plano.

Uma ilha com 133 mil habitantes e que tem uma dotação desagregada de cerca de 326 milhões e meio de euros, resulta que recebe, per capita, 2,4 mil euros.

É o valor mais alto de dotação desagregada, mas é o mais baixo per capita.

O Corvo, por exemplo, com cerca de 380 habitantes, tem uma dotação de 8,2 milhões de euros, a mais baixa, mas per capita corresponde a mais de 21 mil euros, o valor mais alto de todas as ilhas.

A isto chama-se “política de coesão” ou, como Bolieiro gosta de referir, “proporcionalidade no esforço de desenvolver os Açores”.

O problema é que, por exemplo, as autarquias querem respostas para os seus cidadãos e não “proporcionalidades”, porque cada autarquia ou cada ilha tem realidades diferentes.

São os autarcas de S. Miguel que se queixam de falta de investimentos na ilha e foram eles que, em peso, deslocaram-se ao Palácio de Santana, em Julho passado, para manifestarem o seu descontentamento.

O mito urbano

O Presidente do Governo reconheceu, na reunião, que São Miguel precisa de “infraestruturas cada vez mais musculadas”, devido ao crescimento, e prometeu que o Orçamento para 2024 iria incluir reivindicações dos autarcas da ilha.

Não parece que a anteposta do Plano, até agora conhecida, traga grandes novidades nesta matéria, até porque é o último Plano desta legislatura e, como tal, não resulta de grandes rasgos ou rupturas, antes sendo uma continuidade dos anteriores, com forte pendor social e pouco ambicioso em investimento reprodutivo.

Bem que procuramos “infraestruturas musculadas”, mas não encontramos coisa vistosa.

Deve ser mito urbano.

Só negligência?

Os Açores livraram-se, há poucos dias, de uma situação catastrófica de natureza sanitária no sector agropecuário.

Através de um processo ainda mal explicado, porque escondido dos cidadãos, foi importado gado contaminado do Continente, sem que tivesse havido a respectiva quarentena.

A borrasca foi descoberta a tempo, porque, entretanto, o gado já tinha contaminado outro gado de cá que estava embarcado e o estado doentio deste é que deu o alerta.

Por decisão do Presidente da Federação Agrícola, Jorge Rita, logo que tomou conhecimento do caso, todo o gado foi abatido e queimado, como mandam as regras.

A Secretaria Regional, por sua vez, meteu-se na alheta e o seu responsável ainda veio relativizar o assunto, depois de ter sido conivente, com os seus serviços, em relação a esta importação obscura.

Jorge Rita chamou-lhe negligência.

Nós achamos que houve aqui muita incompetência.

Prestação média da casa aumentou em Setembro 114 euros num ano

A prestação média da casa aumentou para 386 euros em Setembro, mais 114 euros do que em Setembro de 2022, numa subida homóloga de 41,9%, o valor máximo desde o início da série (Janeiro de 2009) e mais sete euros do que em Agosto de 2023, de acordo com os dados das taxas de juro implícitas no crédito à habitação divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

No mês em análise, a parcela relativa a juros representou 59% da prestação média, face aos 21% (272 euros) em Setembro de 2022.



Nos contratos celebrados nos últimos três meses, o valor médio da prestação subiu cinco euros em comparação com o mês anterior, para 628 euros em Setembro (aumento de 33,3% face ao

mesmo mês do ano anterior).

A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação foi de 4,270% em Setembro, o valor mais elevado desde Março de 2009, traduzindo uma subida de 18,1 pontos base (p.b.) face a agosto (4,089%).

Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro subiu dos 4,331% em Agosto para 4,366% em Setembro, sendo o valor mais alto desde Abril de 2012.

Para o destino de financiamento para a aquisição de habitação, o mais relevante no conjunto do crédito à ha-

bitação, a taxa de juro implícita para o total dos contratos subiu para 4,247% (+18,0 p.b. face a Agosto).

Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro subiu 3,1 p.b. face ao mês anterior, fixando-se em 4,351%.

No mês de Setembro, o capital médio em dívida para a totalidade dos contratos subiu 222 euros face a Agosto, fixando-se em 63.962 euros.

Para os contratos celebrados nos últimos três meses, o montante médio em dívida foi 123.392 euros, mais 428 euros do que o verificado em Agosto.